





QUINTAIS PRODUTIVOS COMO ESPAÇOS DA AGROECOLOGIA DESENVOLVIDOS POR MULHERES RURAIS

Larissa Sapiensa Galvão Leal ¹, *Alexandra Filipak* ²

Henrique Carmona Duval ³ *José Maria Gusman Ferraz* ⁴

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante ⁵

Resumo: Neste trabalho pretendeu-se investigar a relação entre os conhecimentos tradicionais das mulheres rurais com as práticas agroecológicas realizadas nos quintais produtivos. Foram identificadas mulheres envolvidas com a produção agroecológica na região de Araraquara e, a partir disso, foram analisadas as questões de gênero existentes no meio rural e as relações entre o papel das mulheres com a agroecologia, buscando identificar especialmente a importância dessas mulheres para a manutenção da cultura e dos costumes a partir de seu trabalho no espaço produtivo. Foram entrevistadas mulheres inseridas na transição agroecológica e mulheres consideradas pioneiras da luta pela terra nos assentamentos. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas em uma amostra qualitativa, utilizando-se a técnica de amostragem “Bola de Neve”, através do qual os primeiros entrevistados indicam os novos participantes significativos para o trabalho. Os principais resultados indicam que os quintais são lugares da agroecologia e do trabalho feminino, onde as mulheres aplicam conhecimentos tradicionais de manejo agrícola. Com seu trabalho, as agricultoras contribuem de maneira significativa para a economia das famílias com a produção de alimentos que garantem a qualidade e a regularidade das refeições cotidianas. As mulheres agricultoras detêm grande parte dos conhecimentos tradicionais no que se refere a plantas, sementes e técnicas de plantio, sendo responsáveis pela reprodução de tais práticas e saberes nos quintais produtivos, contribuindo para a manutenção da cultura local e para o fortalecimento da agroecologia.

Palavras-chave: Agroecologia; Relações de gênero; Produção de quintais.

¹Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente na Universidade de Araraquara - UNIARA. Bolsista CAPES. E-mail: lari-sapiensa@hotmail.com

²Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Professora do Instituto Federal de São Paulo - Campus Matão, SPE-mail: alefilipak@hotmail.com

³Doutor em Sociologia. Professor do Centro de Ciências da Natureza da UFSCar. E-mail: henriquecarmona@hotmail.com

⁴Doutor em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Pesquisador da Universidade de Araraquara - UNIARAE-mail: ze2cordoba@yahoo.es

⁵Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Pró-Reitora de P.G Stricto Sensu e Pesquisa da Universidade de Araraquara - UNIARAE-mail: vbotta@techs.com.br





BACKYARDS PRODUCTS AS AREAS OF AGROECOLOGY DEVELOPED BY RURAL WOMEN

Abstract: This paper aimed to investigate the relationship between the traditional knowledge of rural women and the agroecological practices performed in the productive backyards. Women involved with agroecological production in the Araraquara region were identified and, based on this, the gender issues in rural areas and the relationship between the role of women with agroecology were analyzed, seeking to identify especially the importance of these women in maintaining of culture and customs from their work in the productive space. Women interviewed in the agroecological transition and women considered pioneers of the land struggle in the settlements were interviewed. The field research was conducted through interviews in a qualitative sample, using the "Snowball" sampling technique. The main results indicate that backyards are places of agroecology and female work, where women apply traditional knowledge of agricultural management. With their work, the farmers contribute significantly to the household economy with the production of food that ensures the quality and regularity of daily meals. Women farmers have much of the traditional knowledge of plants, seeds and planting techniques, and are responsible for reproducing such practices and knowledge in productive yards, contributing to the maintenance of local culture and the strengthening of agroecology.

Keywords: Agroecology; Gender relations; Yard production.

1. Introdução

Ao averiguar a situação atual das mulheres rurais¹, nota-se que o problema das desigualdades nas relações de gênero atravessa décadas e manifesta-se independente do setor da atividade e do contexto histórico e socioeconômico. Essa desigualdade se expressa, via de regra, nas relações de trabalho, nas quais as atividades realizadas pelas mulheres são reconhecidas simplesmente como "ajuda" decorrente do exercício do seu papel de esposa.

Paulilo (2016), em estudo sobre fumicultores no Sertão da Paraíba, apresenta a distinção feita por eles entre trabalho "cansativo" e "pesado". A lavoura se enquadra na primeira categoria, mas não na

¹ Referimo-nos às agricultoras familiares, assentadas de Reforma Agrária, ribeirinhas, quilombolas, às trabalhadoras do espaço rural.





segunda: exige muito trabalho, mas todo ele é “leve”. Trabalho “pesado” é o trabalho que exige força física e é sempre feito por homens. Essa definição de trabalho ajuda a explicar o baixo preço pago ao trabalho realizado por mulheres no campo. Apesar da sutileza empregada na exploração da mão de obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, recebem menos.

Conceitua-se divisão sexual do trabalho como sendo a forma em que se divide o trabalho social resultante das relações sociais entre feminino e masculino. Histórica e socialmente construída, a divisão sexual do trabalho propõe a atribuição ao gênero masculino, tarefas ligadas ao âmbito produtivo e de valor social, enquanto ao feminino são designadas as tarefas de reprodução social (HIRATA; KERGOAT, 2007). Sobre o assunto, Lobo (1991) ressalta a importância da relação entre os espaços doméstico e produtivo, onde nessas divisões de tarefas incidem tanto estratégias de apropriação do corpo como representações de qualidades. Tal qualificação é sexuada, diferenciando critérios para o trabalho realizado por homens e mulheres.

É nessa esfera que Melo (2002) afirma que o trabalho da mulher na agricultura familiar não é reconhecido, pois, para o senso comum, não gera valor econômico e organização social, ou seja, é considerado como algo gratuito, que não demanda esforço e que não gera renda monetária. Por outro lado, ao homem são relacionadas as atividades produtivas que a família contabiliza monetariamente. Tal situação é contrariada por pesquisas que de fato se propõem a analisar o trabalho das mulheres e o cotidiano familiar sem pré-juízos.

Mudanças na desqualificação do trabalho feminino foram detectadas em práticas agroecológicas, as quais superam relativamente a naturalização da divisão sexual do trabalho. Os movimentos de mulheres rurais reivindicam uma valorização do trabalho das mulheres justamente nas esferas de reprodução social, além de uma inclusão produtiva que lhes possibilite uma maior autonomia financeira pela obtenção de uma renda.

A invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura - contrariada pelos resultados da presente pesquisa - é citada por Emma Siliprandi, que diz que a mesma está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção em que a chefia familiar e da unidade produtiva socialmente é imposta ao homem.



Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar (incluindo a transformação de produtos e o artesanato) -, somente são reconhecidas, ainda assim com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc.) (SILIPRANDI, 2015, p. 101).

Esse tema foi discutido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e publicado em 2016 com o título "O uso do tempo e gênero", buscando entender quais as nuances e os aspectos da correlação entre a distribuição das tarefas durante o dia de homens e mulheres e as desigualdades de gênero. Os estudos de uso do tempo permitem trazer à luz a sobrecarga de trabalho realizado pelas mulheres e que, muitas vezes, nem as mulheres contabilizam como horas trabalhadas o período dedicado às atividades domésticas, muito menos em termos monetários.

Este artigo¹ tem por objetivo principal analisar a participação das mulheres no âmbito doméstico, na utilização de seus conhecimentos tradicionais, para a segurança, soberania alimentar e sua importância para a difusão da agroecologia nos quintais produtivos. O trabalho propõe-se a desmistificar a suposta invisibilidade das mulheres, evidenciando o seu papel no aspecto produtivo e reprodutivo. A proposta metodológica abarca uma pesquisa qualitativa utilizando visitas às agricultoras pertencentes aos grupos de Organização de Controle Social (OCS) existentes nos Projetos de Assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, localizados na região de Araraquara - SP e também agricultoras pertencentes ao Grupo Orgânicos Fortaleza, no município de Bocaina - SP. Foram entrevistadas 8 mulheres ligadas à produção orgânica e também mulheres consideradas pioneiras nesses assentamentos, analisando a proximidade da produção de quintal mantida por elas com a agroecologia. Para isso foi utilizada a técnica de amostragem denominada "Bola de Neve", onde as primeiras entrevistadas pertencentes às OCS's indicaram outras mulheres, personagens da pesquisa consideradas por elas agricultoras de produtos orgânicos/agroecológicos ou como pioneiras dos assentamentos.

Os principais resultados encontrados indicam que os quintais são lugares da agroecologia, e esta valoriza a produção de alimentos a nível doméstico, e a partir dessa produção, possibilita sociabilidades menos desiguais no campo, com relação a gênero, além de favorecer a segurança e soberania alimentar local. As agricultoras detêm grande

¹ O trabalho foi submetido para avaliação e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARA.



parte dos conhecimentos tradicionais, sendo responsáveis pela transmissão de saberes para as gerações seguintes e contribuindo para a manutenção da cultura local.

2. A participação política de mulheres como resistência na alteração de desigualdades no meio rural: feminismo e ecofeminismo

A participação política e as intervenções dos movimentos de mulheres rurais no espaço público, em geral, vêm contribuindo significativamente para o seu reconhecimento como sujeitos de direitos pela busca do reconhecimento dessas mulheres como trabalhadoras rurais. A construção da identidade política como estratégia de visibilidade implica diretamente nas políticas públicas, que respondem, via de regra, às suas demandas e na definição de espaços institucionais empenhados em garanti-las. Isso demonstra que a sua atuação, por meio de suas organizações e movimentos, tem conseguido não apenas dar-lhes visibilidade, mas, de alguma forma incidir sobre a agenda de políticas públicas e adquirir legitimidade junto à sociedade e ao Estado (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015). Com a atuação das mulheres rurais em movimentos sociais, na sua diversidade, foram se constituindo e se afirmando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re)inventar formas de fazer política.

Dentre as especificidades dos movimentos feministas encontra-se uma corrente de pensamento caracterizada pelas lutas que atrelam as causas das mulheres às lutas pela conservação dos recursos naturais. Ecofeminismo é a terminologia utilizada resultado da junção das palavras Ecologia e Feminismo. Na época de suas primeiras manifestações, a corrente era composta por mulheres que lutavam pelas reivindicações feministas, já características, mas também integravam movimentos ecológicos cada vez mais preocupados com os problemas ambientais que estavam se agravando, como o crescimento populacional desenfreado, o modelo agrícola mecanicista químico-sintético e a disseminação da energia nuclear, por exemplo. A preocupação das ecofeministas era mostrar, por um lado, os impactos específicos que esses fenômenos tinham sobre a vida das mulheres; e, por outro, como esses problemas estavam interligados entre si (SILIPRANDI, 2009). Para as ecofeministas, os impactos ambientais eram resultado do modelo econômico capitalista e seu sistema de produção baseado nos princípios patriarcais que igualmente lhes oprime. Partiam, assim, do pressuposto de que a exploração das mulheres, praticada pelos homens, era semelhante às cometidas contra os recursos naturais. Por isso, as militantes do Ecofeminismo defendiam que os abusos e os processos de dominação das mulheres



e dos recursos naturais estavam correlacionados (LUZ, 2014). Assim, é possível afirmar que o movimento feminista agroecológico tem inspiração teórica no Ecofeminismo.

Na perspectiva da economia feminista, as mulheres têm produzido a partir de suas práticas, colocando o cuidado da vida como um objetivo a ser perseguido. Isso significa ressaltar a importância da valorização do trabalho das mulheres não apenas em termos monetários, mas pelo próprio sentido e contribuição deste para a produção da vida, que envolve a construção de relações, a promoção de saúde e cuidados e sobretudo a possibilidade da construção de um modelo de produção que viabiliza a conservação da biodiversidade (ALEIXO et. al., 2019).

Nas lutas sociais das mulheres rurais destaca-se a Marcha das Margaridas, uma ação coletiva protagonizada por mulheres do campo e da floresta, como se nomeiam, que ocorre a cada quatro anos na capital federal. Segundo a comissão organizadora, a primeira Marcha que ocorreu em Brasília no dia 20 de agosto de 2000, reuniu mais de 20 mil trabalhadoras rurais e teve como lema principal "2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista". A denominação "Marcha das Margaridas" foi uma forma de tornar pública a situação de desigualdades nas quais vivem as trabalhadoras rurais, evidenciar as diversas formas de violências enfrentadas e a situação de pobreza da maioria das mulheres (SILVA, 2008). É uma das maiores manifestações populares que ocorrem atualmente no País e integra a agenda dos movimentos sociais no campo. Importante parte do processo histórico de organização das mulheres trabalhadoras rurais, a Marcha das Margaridas, atuando em rede, tem produzido visibilidade às mulheres do campo e da floresta, tem criado impacto na esfera pública e obtido conquistas para a cidadania, mostrando-se capaz de dialogar com o Estado e incidir sobre as políticas públicas (AGUIAR, 2016), considerando o papel essencial dessas mulheres na produção de alimentos e na economia local.

3. Os quintais produtivos: conhecimentos tradicionais e agroecologia no trabalho produtivo das mulheres rurais

Segundo Pimbert (2009), as mulheres rurais constituem a maior força de trabalho dos sistemas alimentares e contribuem de maneira significativa para a segurança alimentar e para a economia local. Há estreita relação entre as mulheres e a segurança e soberania alimentar, pois são elas as responsáveis pela maior parte do trabalho de produção e comércio de alimentos, e estão diretamente envolvidas com a alimentação da família. As mulheres estão profundamente



implicadas na produção de alimentos para o autoconsumo, e assim, são elas que detêm grande parte dos conhecimentos tradicionais sobre as plantas, sementes e técnicas de plantio.

A discussão sobre as questões de gênero vem ganhando espaço na agroecologia, tendo sido afirmada como uma das diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), lançada pelo Governo Federal em agosto de 2012, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero por meio de ações e programas que possivelmente aumentem a autonomia econômica das mulheres.

Entretanto, apenas recentemente surgiram estudos sobre a temática, merecendo destaque os trabalhos de Emma Siliprandi, a qual estudou a trajetória de vida de mulheres agricultoras que participam ativamente de movimentos agroecológicos no Brasil, identificando o protagonismo destas mulheres nas mudanças sociais no campo. Segundo a autora, as mulheres rurais promovem a produção de base agroecológica no âmbito local e comunitário, ao mesmo tempo em que pressionam por mudanças políticas mais gerais. Em vários textos que definem as premissas e os métodos da agroecologia encontram-se referências à existência das desigualdades de gênero como fontes de preconceitos contra as mulheres rurais e como aspectos que deveriam ser considerados na elaboração de programas de pesquisa e propostas de intervenção. No entanto, não existem aprofundamentos sobre essa problemática, que é fundamental para o entendimento de como se expressam as relações de poder no meio rural, e que determinam, por exemplo, o vínculo de uma parcela significativa da população camponesa (de responsabilidade das mulheres) aos meios de produção e aos recursos ambientais. As relações de poder determinam igualmente as condições de participação dos homens e mulheres nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade e, portanto, na construção do desenvolvimento rural sustentável (SILIPRANDI, 2015).

Karan (2004) verificou no decorrer de sua pesquisa que a mulher que está participando da agricultura orgânica desempenha um papel fundamental em todo o processo. No campo da produção ela tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo em que desafia a produção convencional ao pôr em prática saberes adquiridos com outras gerações. Muitas vezes é ela quem reintroduz sementes há muito guardadas nas próprias hortas domésticas, testa formas e preparados no cultivo, recupera a cooperação em todas as esferas da produção. A atuação das mulheres ressignifica a sociabilidade no mundo rural, atuando no espaço privado – na família, na vizinhança, na religiosidade. Elas silenciosamente fazem as articulações e 'costuras' do tecido social da unidade familiar, da família extensa e da



comunidade. Então, conhecer e desvendar o seu papel em processos de novas ruralidades é entendido como fundamental.

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de suas atividades produtivas as bases para a segurança alimentar (PACHECO, 2002, p. 20).

Nos espaços das unidades familiares de produção, as mulheres cultivam seus alimentos em sistemas de policultivos nos chamados quintais produtivos, que se referem ao espaço de produção da mulher, geralmente ao redor de casa e com saberes populares agroecológicos agregados (SALES, 2007). Os quintais produtivos são, portanto, experiências criadas socialmente pelas próprias mulheres do campo na busca por um espaço de trabalho produtivo que se mistura com os trabalhos de reprodução, doméstico e de cuidados que historicamente e socialmente são delegados a elas (FILIPAK, 2017, p. 201). Esses quintais se caracterizam por influenciarem diretamente na dieta alimentar da família, composta por frutas, hortaliças, condimentos, plantas medicinais, além de proteína de origem animal (ALEIXO et. al., 2019), favorecendo, portanto, a segurança alimentar do núcleo familiar.

Apesar da importância do trabalho das mulheres nos quintais produtivos, as desigualdades de gênero se expressam nas relações de trabalho em que as atividades realizadas pelas mulheres são reconhecidas simplesmente como “ajuda” decorrente do exercício do papel de esposa. Ao valorizar os quintais como espaços produtivos modifica-se relativamente o papel social que as mulheres assumem nas unidades familiares de produção.

Certamente, as práticas que realmente movem as mulheres – sua responsabilidade pelo autoconsumo e pela diversificação das atividades agrícolas – são desqualificadas pelo modelo de economia convencional. Entretanto, a relação entre cidadania, políticas públicas e trabalhadoras rurais não pode ser discutida somente pela lógica do mercado, pois assim estão sendo deixadas de lado questões essenciais à satisfação das necessidades humanas. É por isso que a rediscussão de tal relação, por intermédio de um olhar feminista sobre a economia, comprometido com a biodiversidade, com os ecossistemas e com a produção para a vida, faz-se absolutamente necessária (DUVAL; FERRANTE, 2011).



4. Histórico da produção agroecológica e a participação das mulheres

A adoção do sistema produtivo da agricultura agroecológica merece destaque, pois se trata de uma das estratégias da agricultura familiar para a manutenção do espaço rural, sendo compreendido como espaço físico e também de particularidades como identidade e modo de viver no campo.

O movimento que se denominou Agroecologia surgiu na América Latina, procurando atender simultaneamente às necessidades de preservação ambiental e de promoção socioeconômica dos pequenos agricultores. Pela natureza de sua proposição, fazendo convergir a preocupação ambiental com a grave questão social latino-americana, a agroecologia encontrou meio fértil em organizações não governamentais ligadas ao desenvolvimento de comunidades rurais de pequenos agricultores (KHATOUNIAN, 2001). O conteúdo da agroecologia passou a ser internalizado nos debates e incorporado ao ideário de muitas ONGs que atuavam junto aos movimentos sociais do campo na década de 1990, dada a pertinência e aderência de tal proposição com a realidade sociocultural e ambiental dos agricultores familiares brasileiros (COSTA, 2017).

No Brasil, a partir de meados da década de 1990 o Movimento Agroecológico avançou expressivamente em ação e organização, com a constituição da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), envolvendo as ONGs e movimentos sociais, com a expansão das ações das instituições governamentais e não governamentais de âmbito local, regional e nacional (COSTA, 2017). Apesar dos avanços, não faltaram constrangimentos impostos pelos sistemas de produção convencional.

Os avanços da agroecologia partiram justamente de estudos dos agroecossistemas tradicionais que, ao longo dos séculos, gerações de agricultores desenvolveram sistemas agrícolas complexos, diversificados e localmente adaptados. Esses sistemas foram manejados, testados e aprimorados por meio de práticas engenhosas, muitas vezes conseguindo garantir a segurança alimentar da comunidade e de municípios locais, a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Sevilla (2001) elencou as características que devem ser levadas em conta no processo de desenvolvimento sustentável com enfoque agroecológico, sendo elas: a-) a integralidade, buscando o estabelecimento de atividades econômicas e socioculturais que abrangem a maior parte dos setores econômicos necessários para permitir o acesso aos meios de vida da população, em busca da



melhoria do bem-estar da comunidade; b-) harmonia e equilíbrio entre crescimento econômico e manutenção da qualidade do meio ambiente; c-) autonomia de gestão e controle, onde os próprios habitantes da propriedade devem ser os responsáveis pela gestão e controle dos elementos-chave do processo, evitando possíveis imposições alheias aos mecanismos socioculturais da comunidade; d) minimização das externalidades negativas das atividades produtivas, com o estabelecimento de redes locais de intercâmbio de insumos localmente disponíveis, como elemento de resistência e enfrentamento ao controle externo exercido pelas empresas comerciais introdutoras dos elementos de natureza industrial ; e-) manutenção e potencialização de circuitos curtos, minimizando a dependência do exterior das comunidades e das redes convencionais de comercialização; f-) Utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais, onde a evolução local possui a lógica de funcionamento do agroecossistema, naquelas zonas em que o manejo tradicional histórico mostrou condições de sustentabilidade. Contudo, considera-se que os ciclos climáticos na natureza, junto com as formas de vida vinculadas a um meio ambiente específico, oferecem, por si só, respostas locais de natureza ecológica que são apreendidas e apropriadas pelo conhecimento local; e, por fim, g-) pluriatividade, seletividade e complementaridade da renda, baseado na complementaridade de atividades, supõe uma recuperação de práticas ecológica e economicamente sustentáveis que historicamente se realizavam na comunidade.

Sobretudo a partir dos anos 2000, os movimentos sociais adotaram a agroecologia como bandeira de sua estratégia de desenvolvimento e soberania alimentar, a qual é apresentada como uma alternativa à abordagem neoliberal que aposta num comércio internacional injusto como forma de resolver o problema da fome mundial. Em vez disso, o conceito de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, sementes e água, focando na autonomia, nos mercados locais e circuitos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica e nas redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2012).

É possível destacar que aspectos da agroecologia, como campo de estudo, podem contribuir para desenho de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e reflexões sobre a importância da construção desse desenvolvimento valorizando os papéis das mulheres em sistemas de base agroecológica.

Siliprandi (2015) aponta alguns fatores que favoreceram a melhoria da situação das mulheres nos sistemas de produção agroecológicos encontrados em estudos de pesquisas acadêmicas,



também realizadas a partir dos anos 2000, como: a valorização das atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro do sistema de produção familiar a partir da agroecologia; a mudança radical no modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, além de valorizar uma característica atribuída às mulheres (o "cuidado"); a participação de todos os membros da família no processo de transição para a agroecologia, quebrando o monopólio gerencial do homem; as pressões por parte dos movimentos de mulheres rurais para a maior participação de mulheres nos espaços sociais de discussões sobre a agroecologia e nos espaços públicos como as feiras, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desempenhado por elas; e a possibilidade de obtenção de renda, recebida por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho permitindo avanços quanto à sua autonomia.

É nessa esfera que se almejou possibilitar o entendimento e a importância da figura das mulheres no campo, como agentes protagonistas da transição orgânica/agroecológica e, sobretudo da transformação social, tendo como território de estudo os assentamentos rurais existentes na região de Araraquara.

A agroecologia não cumprirá seu propósito de ser uma referência para o desenvolvimento rural equitativo e sustentável se não se ocupar, na teoria e na prática, do reconhecimento das contribuições das mulheres e das questões que dificultam a sua participação como sujeitos plenos de direitos, tanto na vida social como na atividade produtiva e na construção do conhecimento agroecológico (AGUIAR; SILIPRANDI; PACHECO, 2009, p. 48).

5. Metodologia: os caminhos da pesquisa

Dentro dessa esfera de pesquisa, o presente trabalho se propôs a analisar as questões de gênero existentes no meio rural, e as relações entre o papel das mulheres com a agroecologia, buscando identificar especialmente a importância dessas mulheres para a manutenção da cultura e dos costumes, tanto no espaço produtivo dos quintais quanto no espaço familiar e social, além da contribuição para a segurança alimentar da família.

Como metodologia, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa através de observação e entrevistas, a fim de captar as inter-relações compreendidas entre a agroecologia e as questões de gênero estabelecidas.

A pesquisa qualitativa requer do entrevistador atitudes como abertura, flexibilidade, capacidade de observação e interação com o



grupo pesquisado, além de possibilitar fatores positivos, condições de readaptação e correção dos instrumentos da pesquisa durante o transcorrer da mesma e a possibilidade de revisão dos objetivos da investigação (MINAYO, 2000).

Neste sentido, foram realizadas visitas às agricultoras pertencentes aos grupos de Organização de Controle Social existentes no Projeto de Assentamento – P.A. Bela Vista do Chibarro, denominadas OCS Orgânicos Bela Vista e Grupo Orgânico Familiar Chico Bento, no município de Araraquara, a OCS Orgânicos Monte Alegre, formada por produtores do Assentamento Monte Alegre, cujo território abrange três municípios do Estado de São Paulo, Araraquara, Matão e Motuca e também foram visitadas as agricultoras assentadas pertencentes ao Grupo Orgânicos Fortaleza, no município de Bocaina - SP.

Essas OCS's foram escolhidas como local de pesquisa por já apresentarem uma organização social desenvolvida entre os produtores participantes do grupo e também pela estreita relação com sistemas agroecológicos por englobarem não somente as práticas agrícolas, mas também as relações sociais, econômicas e ambientais.

Foram identificadas as mulheres consideradas pioneiras nesses assentamentos, analisando a proximidade da produção de quintal mantida por elas com a agroecologia. Para isso foi utilizada a metodologia de pesquisa denominada "Bola de Neve", uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. Este método consiste em identificar uma pessoa com o perfil necessário para a pesquisa e em seguida, solicita-se que a pessoa indique novos contatos com as características desejadas e assim sucessivamente. Dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista (VINUTO, 2014).

De acordo com Albuquerque (2009), os primeiros participantes contatados a aplicação da pesquisa são as chamadas "sementes", que devem ter conhecimento da sua localidade, do fato acontecido ou das pessoas que vivem na comunidade. Esse mesmo indivíduo indica outra pessoa de seu conhecimento para que também participe da amostra. Esses serão os "filhos das sementes". Para que se tenha uma amostra considerável deve-se selecionar um número inicial de sementes que, preferencialmente, devem exercer certa liderança no espaço a ser estudado e conhecer muitos membros da localidade.



Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas com roteiros semiestruturados, os quais foram aplicados com as mulheres agricultoras envolvidas na pesquisa. O roteiro de entrevista semiestruturado, uma vez que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias de forma a enriquecer a investigação. Possibilita que a entrevistada discorra sobre suas experiências a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, ao mesmo tempo em que permite respostas livres e espontâneas do informante (TRIVINÕS, 1987). Além disso, a entrevista semiestruturada, por ser baseada em roteiro, fornece ao entrevistador flexibilidade para ordenar e formular perguntas durante a entrevista (GODOI, MATTOS, 2006).

Neste tipo de pesquisa qualitativa o investigador está impedido de determinar previamente o número de entrevistas necessárias à sua investigação. A definição desse número é flexível e depende do desenvolvimento teórico do trabalho. O pesquisador se quiser, e considerar necessário, pode voltar ao campo e ampliar o número ou aprofundar a conversação com as entrevistadas (GODOI, MATTOS, 2006). Na presente pesquisa foram realizadas 8 entrevistas. Não foi necessário ampliar este número, sendo suficiente o conteúdo adquirido durante as entrevistas.

Para selecionar as mulheres entrevistadas foram adotados alguns critérios. A partir das visitas de campo e do acompanhamento das reuniões das referidas OCS, realizadas durante esta pesquisa, foi possível identificar mulheres que se destacavam de maneiras distintas de acordo com a participação nos grupos, desempenhando papéis de liderança diretamente na produção orgânica ou na comercialização e também na organização das OCS. Assim, das 23 mulheres, foi escolhida uma mulher pertencente a cada OCS estudada. Dentro dos quatro grupos de OCS foram selecionadas duas mulheres que se destacam dentro da produção e duas com características de liderança.

6. As protagonistas: o germinar das sementes

Na OCS Grupo Familiar Chico Bento foi entrevistada a agricultora Claudinha, do Assentamento Bela Vista do Chibarro. Claudinha tem um papel importante na produção e comercialização dos produtos; é responsável por providenciar e organizar toda a documentação necessária para o grupo de OCS. Também é a tesoureira da associação de produtores familiares Chico Bento da qual faz parte, responsável pelas prestações de contas das entregas realizadas pela associação. Apesar do papel fundamental exercido por Claudinha, tanto na



produção da OCS como na burocracia da associação, o papel de liderança é desempenhado por seu marido, Luiz Carlos.

Na OCS Orgânicos Bela Vista, a agricultora Lucilene foi escolhida por ter um lote bem avançado no sistema de produção orgânica, e por ela ser a principal responsável por essa produção. O marido de Lucilene também participa da produção, mas divide seu tempo entre a comercialização dos produtos e a participação em reuniões, desempenhando o papel de liderança da OCS.

Dentro da OCS Orgânicos Monte Alegre, Sirlei é a única mulher participante das reuniões do grupo, sendo também a representante da OCS no cadastro do MAPA. Apresenta papel de liderança na OCS e também na cooperativa da qual faz parte, onde já exerceu o cargo de tesoureira. Paralelo às atividades do lote, Sirlei também tem características de empreendedora. Em 2018 inaugurou um restaurante/pizzaria na cidade de Motuca - SP.

D. Maria é a representante da OCS Orgânicos do Assentamento Fortaleza e presidente da associação A Vida da Gente. Ela desempenha papel importante de liderança, não somente nos grupos que representa, mas no assentamento como um todo. É a responsável pelos projetos de comercialização, prestações de contas, reuniões e elaboração de atas. Além de desempenhar funções de administração na associação, acompanhar as produções dos lotes da OCS, ela também tem papel importante na produção e comercialização de seus produtos.

Utilizando a metodologia "Bola de Neve", estas mulheres são consideradas as "sementes", e indicaram outras mulheres, personagens da pesquisa consideradas por elas agricultoras de produtos orgânicos/agroecológicos ou como pioneiras dos assentamentos. No Assentamento Bela Vista do Chibarro, Claudinha e Lucilene indicaram Edna como uma mulher agricultora inserida na produção orgânica e que exerce papel de liderança junto a um grupo de mulheres. Edna, por sua vez, indicou D. Maria Rezadeira e D. Lourdes como mulheres pioneiras do assentamento. D. Lourdes não foi encontrada em seu lote, por esse motivo foi entrevistada somente a D. Maria Rezadeira. No assentamento Fortaleza D. Maria do Carmo indicou D. Cida como agricultora que trabalha com produção orgânica, e D. Cida, por sua vez, indicou D. Tereza como mulher pioneira do assentamento. Dessa forma foi constituído o grupo de mulheres que participaram das entrevistas neste trabalho.

Uma vez identificadas, estas mulheres foram contatadas para orientações e esclarecimentos quanto à pesquisa e para o preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e



Esclarecido (anexo I). A partir dessa ação foram convidadas a participar das entrevistas com questionários semiestruturados. O conteúdo das entrevistas foi transcrito para uma análise mais detalhada do material coletado.

7. Experiências e lugares das mulheres

Na presente sessão são apresentados os resultados da pesquisa de campo, a partir das experiências e lugares das mulheres com base no trabalho delas nos quintais produtivos e da sua relação com a agroecologia. As entrevistas foram transcritas de forma a possibilitar as análises propostas no objetivo desse trabalho.

Segundo Emma Silliprandi (2015), é sabido que são as mulheres quem primeiro defendem a conversão da produção nos assentamentos e em áreas da agricultura familiar para modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente. São elas as mais afetadas quando ocorrem problemas de saúde com membros da família, pois é sobre elas que recai o trabalho dos cuidados. Assim, a opção pelo envolvimento com práticas agroecológicas se dá, primeiramente, por questões de saúde e pela busca da alimentação saudável.

A saúde foi um dos principais fatores indicados pelas mulheres entrevistadas neste trabalho como responsável pela opção de uma produção livre de venenos. A seguir são apresentados alguns trechos das entrevistas onde podemos verificar a preocupação das agricultoras com a alimentação saudável e a relação existente entre a retirada do veneno da produção em função da transição agroecológica com a manutenção da saúde das famílias e dos consumidores.

Teve bastante coisa boa. O melhor foi tirar o veneno, né? Na época o João passou mal por causa de veneno, e está trabalhando conosco lá por causa disso. Nossa, querendo ou não, veneno faz mal. Tem gente que não põe isso na cabeça, que vai fazer mal para você e para quem vai comer. Tem bicho. Não vou falar que a minha alface não tem, mas pelo menos não tem veneno. Tem gente que não gosta quando vê um bichinho. Ah, então vai lá comer no Supermercado. Supermercado não vai ter bichinho, vai ter um monte de veneno. (Entrevista com Claudinha, em 17/12/2018).

Quase tudo a gente não usa veneno, eu com esse problema de saúde que tive não posso usar nada com agrotóxico. É tudo natural. Só uso mata -mato nos



carreadores. No resto uso umas caldas que vocês ensinaram. (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018).

Toda a sementeira que a gente planta estamos cuidando para não passar herbicidas, porque é para a alimentação da gente e lá fora também. Não adianta eu querer fazer uma coisa orgânica pra mim e judiar das pessoas lá fora. (Entrevista com D. Maria Rezadeira, em 30/11/2018).

Sirlei procura sempre divulgar para as pessoas de seu convívio e para os consumidores de seus produtos sobre a importância da busca por sistemas agroecológicos e por uma vida mais saudável.

O mais importante que eu vejo e passo para as pessoas é a questão da saúde. Eu sempre mostro para as pessoas que aquele produto é mais saudável. Então eu sempre estou falando, visando a melhora da saúde. (Entrevista com Sirlei, em 06/12/2018).

Para prevenção de doenças D. Maria Rezadeira conta que utiliza produtos naturais encontrados no próprio lote para o preparo de caldas repelentes e biofertilizantes para suas plantas, e vermífugos para seus animais.

Sempre trabalhei com coisas alternativas. Com as criações eu uso caruru, beldroega, caule da bananeira para prevenir contra vermes para as galinhas. (Entrevista com D. Maria Rezadeira, em 30/11/2018).

O trabalho produtivo da mulher é geralmente invisível, porque é voltado à reprodução familiar e planejado conforme as necessidades alimentares da família, o que facilita, de certa maneira, a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra – como consorciamentos, capina manual, adubação orgânica com sobras da alimentação, integração animal/vegetal, dentre outras, feitas em pequenos lugares do lote agrícola (DUVAL, 2009). Essa relação com a terra é considerada de afetividade, da qual surgem os quintais domésticos, “lugares” ou “sítios” do autoconsumo, que são criados pelas mulheres e possuem diversas funções no interior de uma unidade rural familiar.

Todas as agricultoras entrevistadas responderam que além de comercializar, também utilizam o que produzem no lote para autoconsumo. A diversidade e a qualidade dos alimentos consumidos pelas famílias são sobremaneira garantidas pelo trabalho da mulher.



Tudo que eu planto eu consumo. Eu não compro feijão, verduras eu não compro. Eu só compro sal, açúcar, café, essas coisas, e o resto é tudo daqui mesmo. (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018).

Nas falas de D. Cida e D. Tereza fica evidente a importância do autoconsumo na contribuição para a economia e saúde das famílias. Além de não gastarem com alimentos no supermercado, são responsáveis por uma alimentação diversificada e saudável.

Para nós aqui, nós estamos comendo uma coisa que não vai prejudicar, porque aqui a gente quase não compra nada de fora. Só o arroz mesmo. O arroz é difícil. Nós plantávamos arroz para comer, mas depois não conseguíamos a máquina para limpar. E um pacotinho de arroz custa pouco no mercado, não vou ficar sofrendo com isso. Feijão, verdura, tudo a gente consome daqui. Uma mistura mesmo sempre tem, um ovo, uma galinha, um porco, ou se quiser mesmo mata um gado para comer por muito tempo. Nós temos uns peixinhos ali numa lagoinha também. (Entrevista com D. Tereza, 28/11/2018).

Seguindo análises da Economia Feminista, podemos perceber que a contribuição das mulheres na produção, e aqui, na produção de alimentos agroecológicos, é uma constante nas relações sociais e econômicas nas unidades familiares de produção. Mesmo considerando o produto do trabalho delas num valor não-monetário, essa prática demonstra a contribuição das mulheres na economia de forma intensa, porém não valorizada e não valorada. A desigualdade, por vezes, reside aqui: encontramos a necessidade de que essas mulheres acessem redes de comercialização que garanta a elas acesso à renda monetária de forma a auxiliar na construção de sua autonomia e emancipação.

Segundo Woortmann (1993; 2011), as mulheres também são detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédios feitos por elas mesmas, novenas e orações para proteção do homem e dos filhos, ou seja, outra dimensão do autoconsumo referente à produção de remédios caseiros cuja religiosidade e magia são fortes componentes.

Durante as visitas aos lotes das mulheres entrevistadas foram encontradas PANCS (Plantas Alimentícias não Convencionais) em todos os quintais, dentre elas o cará-moela, a beldroega, a serralha, ora-pro-nóbis, a capuchinha, caruru, peixinho, feijão-guandu, azedinha e a



moringa; e também plantas medicinais como a erva balaieira, o loni, arnica, babosa, carqueja, boldo, erva cidreira, guaco, hortelã, poejo, levante, citronela, insulina, erva-de-santa-maria, sucupira, entre outras. As agricultoras falaram sobre as plantas cultivadas por elas, explicando os principais métodos de preparo e as suas finalidades, como nos trechos em destaque das entrevistas com Maria Rezadeira e D. Cida:

No meu tempo, naquela época eu fazia os remédios. Hoje se você falar para dar um chá é perigoso você ir preso. Eu não levava meus filhos na farmácia. Fazia um chazinho de poejo quando estava gripadinho, adoçava com mel de abelha. A erva de santa maria eu usava para os machucados, socava aquela erva, colocava um pouquinho de sal, fazia aquele unguento num pano dobrado para tirar a dor. Cravo com álcool para fungos na unha e repelente. Arnica eu deixo no álcool, também é bom para machucado. Tenho a insulina também, para quem tem diabetes alta. No meu caso, eu sou diabética, faço um chazinho. Sucupira no vinho para reumatismo... E assim eu vou usando as plantinhas medicinais que a gente tem. (Entrevista com Maria Rezadeira, em 30/11/2018).

Nos assentamentos estudados esses conhecimentos tradicionais foram transmitidos de pais/avós para seus descendentes, o que também favorece a manutenção da cultura local.

Também tenho as minhas plantinhas, as minhas ervas, isso eu que cuido. Se eu tenho que ficar uns dias fora para fazer algum exame ele tem que cuidar. Se ele deixar morrer, o pau quebra. (Risos)

Dos chazinhos eu sei tudo. Tenho várias plantas para culinária, tenho poejo, levante, hortelã, tenho citronela, cidreira, tenho tudo. O que eu não consigo ganhar eu compro, e uso tudo, pra chás, pra temperos, pra tudo". (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018).

Tenho as minhas ervas, capim cidreira, poejo, hortelã, várias coisas que eu uso para remédio. Folha de manga que faz xarope para tosse... É para consumo, também dou para os vizinhos, para os meus netos quando vêm visitar, todo mundo usa. (Entrevista D. Tereza, em 28/11/2018).

Segundo Brumer (2005), para as mulheres assentadas o acesso à terra também está associado ao bom estado nutricional das famílias, pois elas cuidam da produção da alimentação (de atividades agrícolas



às culinárias). Porém, as mulheres também podem obter renda quando produzem e comercializam, ou quando têm emprego fora do lote, o que as levam a priorizar essa obtenção de renda ao invés do trabalho no lote. Mesmo quando possuem fontes de renda, elas tendem a aplicar o dinheiro ganho em produtos para a família, para o estado nutricional dos filhos, por exemplo, enquanto homens muitas vezes gastam em despesas pessoais.

O papel das mulheres na constituição desses lugares de sociabilidade via autoconsumo (festivo, solidário ou associativo) é, muitas vezes, de liderança. Neste processo, as mulheres assumem o comando. Pautadas por relações de sociabilidade, as mulheres podem ser protagonistas da construção de um leque de alternativas produtivas que possa garantir a segurança alimentar e a autoestima diluindo constrangimentos e assegurando a retomada das rédeas do desenvolvimento a partir de suas próprias iniciativas.

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber sobre os agroecossistemas que manejam. Desempenham importante papel como administradoras do fluxo de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e filogenéticos e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar (SEMA, 1997). Esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade se constituem como ponto chave para a defesa da agricultura familiar com base agroecológica e também se considerarmos que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural transmitida pelas mulheres entre as gerações.

Essa transmissão de saberes e culturas foi identificada nos relatos de Edna e D. Maria Rezadeira quando falaram sobre as práticas de manejo realizadas por suas mães, também agricultoras, e que prezavam prioritariamente pela manutenção da diversidade na produção, buscando o autoconsumo e a qualidade dos alimentos.

Se você for no lote da minha mãe hoje você vai encontrar de tudo lá... E ela faz questão de te mostrar tudo, se deixar ela enche o porta-malas do seu carro com uma porção de frutas e verduras.... Tudo que ela encontrar ela vai querer colher para você levar. Ela é assim mesmo! (Entrevista com Edna, em 26/11/2018).

Minha mãe era agricultora, e por isso eu também sou. Ela me ensinou muita coisa desde quando eu era pequenina. Tudo que eu sei sobre mandioca, o plantio, a colheita, os preparos de biju, farinha, tudo ela que me



ensinou. (Entrevista com Maria Rezadeira, em 30/11/2018).

As atividades de diversificação supõem não apenas a reprodução material dos assentados e um melhor reconhecimento do papel da mulher, tanto na esfera doméstica, quanto na política, mas também uma reprodução cultural – através de um conjunto de saberes tradicionais inscritos na história dos tais grupos sociais – e uma original produção simbólica, (re)desenhando grupos de convivência e sociabilidade, nos quais as atividades ligadas à preparação diária da alimentação (o sustento mais trivial) acabam sendo uma base. Lugar de necessidades e, talvez, de expansão de liberdades (SILIPRANDI, 2015).

8. Considerações finais

A responsabilidade das mulheres pelo ambiente doméstico se estende para o entorno da casa, incluindo as produções dos quintais, espaço produtivo de grande diversidade de plantas, hortaliças, ervas medicinais e temperos. Esses quintais são lugares da Agroecologia por serem espaços onde se aplicam os conhecimentos tradicionais de manejo, com aplicações de repelentes, adubos naturais, integração animal-vegetal e outras práticas agroecológicas.

Na pesquisa realizada foram identificadas as produções de quintais nos assentamentos. Essa produção protagonizada pelas mulheres é fortalecida pela inserção delas em grupos de controle social para a certificação orgânica dos lotes de reforma agrária. Foram identificados na produção desses quintais conhecimentos e saberes das mulheres relacionados à agroecologia e, a partir dessa produção sociabilidades menos desiguais no campo, com relação ao gênero.

A agroecologia valoriza a produção de alimentos a nível doméstico que visa o autoconsumo, tema extremamente ligado às mulheres. Elas contribuem de maneira significativa para a economia das famílias quando se deixa de gastar em supermercados, por influenciarem diretamente na dieta alimentar com alimentos saudáveis, garantido a qualidade das refeições e gerando a possibilidade de uma segurança alimentar.

As mulheres agricultoras detêm grande parte dos conhecimentos tradicionais no que se refere a plantas, sementes e técnicas de plantio, sendo responsáveis pela transmissão de saberes para as gerações seguintes e contribuindo para a manutenção da cultura local.

Contrariamente às teses sobre invisibilidade, constatou-se o protagonismo das mulheres em assentamentos constituídos em bases



patriarcais, onde foi estabelecida, via de regra, uma agricultura convencional. Nesse contexto, este artigo apontou que o trabalho das mulheres nos quintais produtivos está fortemente relacionado às práticas agroecológicas na produção de alimentos e, além disso, sua participação no fortalecimento de grupos organizados para a produção orgânica, perspectiva que se abre para o aumento da produção e do consumo sustentável.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V.V.P. Mulheres rurais, movimentos sociais e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*. Florianópolis, Vol. 15. Edição Especial. 2016.

AGUIAR, M. V.; SILIPRANDI, E. & PACHECO, M. E. Mulheres no congresso brasileiro de agroecologia. *Revista Agriculturas*, 6, 4, p. 32-48, 2009.

ALBUQUERQUE, E.M. Avaliação de técnica de amostragem "Respondent-driven Sampling" na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas. *Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP*; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.

ALEIXO, Sany Spínola; FILIPAK, Alexandra; PAES, Ana Maria Baccarin Xisto. O uso de mapas mentais como metodologia para o desenvolvimento da transição agroecológica e da autonomia econômica de mulheres rurais. In: *Agroecologia, Meio Ambiente e Sustentabilidade*. Ponta Grossa: Editora Atena, 2019.

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: INCRA, 2005, p.351-371.



COSTA, M. B. B. *Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

DUVAL, H. C. Da Terra ao Prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009. 194f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). *Universidade Federal de São Carlos, Araras/SP*, 2009.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B.. Metodologia em ação: a importância de se apreender invisibilidades nos assentamentos rurais. *Retratos de Assentamentos*, v. 14, p. 31-68, 2011.

FILIPAK, Alexandra. *Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil (2003- 2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), *Universidade Estadual Paulista, Marília*, 2017.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L.. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais*. São Paulo: Saraiva, 2006.

HIRATA H.; KERGOAT D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

KARAN, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas*, DO CFC/CCE/UFSC, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2014.

KHATOUNIAN, C. A. et al. *A reconstrução ecológica da agricultura*. SP: Agroecológica, 2001.

LUZ, Suelyn Cristina Carneiro da. A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do jornal Brasil de Fato. 2014. 109 f. Dissertação (mestrado) - *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação*, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124134>>.

MELO. L. A. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. Trabalho apresentado no *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, 2002.



MYNAIO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. *Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONG's*. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.

PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PENTEADO, S. R. *Introdução à agricultura orgânica: normas e técnicas de cultivo*. Campinas: Editora Grafimagem, p. 110, 2000.

PIMBERT, M. P. Mulheres e soberania alimentar. In: Mulheres construindo a Agroecologia. *Revista Agriculturas*, v. 6, n. 4, dez. 2009. p. 41-45. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v6n4.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SALES, C. V. Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.15, n.2, p.437-443, 2007.

SEVILLA, E, G. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.2, n.1, p.35-45, 2001.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – *Universidade de Brasília*. Brasília. 2009.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. / Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.



SILVA, Berenice Gomes da. A Marcha das Margaridas: resistências e permanências. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, *Universidade de Brasília*, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Revista Temáticas*, Campinas, 22, (44), p. 203-220, ago/dez. 2014.

WOORTMANN, E.F. Práticas eco-agrícolas tradicionais: ontem e hoje. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v.14, n.2, Nupedor/Uniará, p.15-32, 2011.

Recebido em: 18 de setembro de 2019.

Aceito em: 03 de março de 2020.